

Superior Tribunal de Justiça

PExt no HABEAS CORPUS Nº 536.765 - PR (2019/0294623-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : **ARQUIMEDES ZIROLDO**
ADVOGADOS : **ORLANDO MOISES FISCHER PESSUTI - PR038609**
: **MARCELO BUZATO - PR022314**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
INTERES. : **DANIEL HENRIQUE BERTI ZIROLDO (PRESO)**
ADVOGADO : **MAURÍCIO DE OLIVEIRA CARNEIRO - PR030485**

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão formulado por **Arquimedes Zirolido**, de decisão da minha lavra, em que deferi o pedido liminar em favor do paciente **Daniel Henrique Berti Zirolido**, a fim de substituir sua prisão preventiva por medidas alternativas à prisão, na ação penal em que lhes são imputados os crimes de participação em organização criminosa, fraude à licitação, dispensa indevida de licitação, falsidade ideológica e supressão de documento.

Alega o requerente, em síntese, que se encontra em situação fático-processual idêntica à do paciente do presente *habeas corpus*, uma vez que *foi reconhecida por Vossa Excelência a ilegalidade da ordem de prisão em favor do Paciente Daniel Henrique Berti Zirolido, filho do ora peticionário, por motivo que não de índole pessoal, sendo que conforme documentação anexa trata-se da mesma decisão que, pelos mesmos fundamentos, decretou a prisão preventiva do Peticionário, pelo que se requer, com fulcro no art. 580 do Código de Processo Penal a extensão do benefício em proveito de ARQUIMEDES ZIROLDO, posto que no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros* (fl. 3304).

Postula, então, a extensão dos efeitos da decisão deferitória do pedido liminar, nos termos do arts. 580 do CPP.

É o relatório.

O presente pedido de extensão merece acolhimento.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, a Magistrada singular, ao decretar a segregação cautelar do paciente, se referiu de maneira idêntica ao requerente. Confira-se (fls. 137/148 - grifo nosso):

[...]

No caso trazido à apreciação, está presente a hipótese de cabimento do inc. I, art. 313, do Código de Processo Penal, uma vez que se tratam de crimes dolosos punidos com penas privativas de liberdade máximas superiores a 04 (quatro) anos, o que autoriza a prisão preventiva.

Com efeito, os investigados, em princípio, constituíram organização criminosa, composta pelo núcleo fixo integrado pelos investigados **ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA LORETO RIBEIRO ZIROLDO** e **MARCELO HENRIQUE ALMEIDA** para, utilizando-se das pessoas jurídicas já nomeadas e de interpostas pessoais (laranjas), fraudarem processos licitatórios, notadamente os realizados pelo Consórcio Público CINDEPAR e, com estes comportamentos, teriam praticado condutas tipificadas como participar de organização criminosa, falsidade ideológica, fraude em procedimentos licitatórios, peculato e lavagem de dinheiro.

A imputação referente ao delito de participar de organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/13) decorre de todos os argumentos fáticos-probatórios antes expostos, o que dispensa nova descrição desta conduta, em tese, criminosa. Reforce-se, o comando seria exercido, em tese, pelo investigado **ARQUIMEDES ZIROLDO**, sendo integrantes, ainda, do núcleo fixo, os investigados **LUCIANA LORETO RIBEIRO ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO** e **MARCELO HENRIQUE ALMEIDA**, ao passo que os demais atuariam como interpostas pessoas (laranjas).

O mesmo se repete quanto o delito de fraude em procedimentos licitatórios (art. 90 da Lei nº 8.666/93, porquanto ao participarem conjuntamente dos mesmos certames licitatórios e violarem o sigilo das propostas, os investigados teriam fraudado o caráter competitivo dos procedimentos, já que ajustavam previamente os seus preços a fim de que uma das empresas indicadas conseguisse sagrar-se vencedora, firmando contratos rentáveis para os envolvidos, em detrimento da Administração Pública, a qual deixou de obter a proposta mais vantajosa.

Referente ao delito de lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98), destaca-se, de todo o contexto já exposto, que o núcleo fixo de atuação composto por ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA, teria constituído a empresa M. HENRIQUE DE ALMEIDA LOTEADORA com o fim de utilizá-la para destinar as quantias obtidas ilicitamente mediante a adjudicação dos objetos das licitações fraudadas, por meio de empreendimentos imobiliários (aquisição de loteamentos em Astorga).

Por sua vez, o crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) ocorreu, em tese, na medida em que ao buscarem camuflar as ilicitudes, a organização criminosa teria se utilizado de interpostas pessoas para compor o quadro societário das empresas DELTACOMP INFORMÁTICA, LAAM CONSULTORIA, L. L. RIBEIRO CONTABILIDADE E INFORMÁTICA e N. SERVIÇOS E LOCAÇÕES, bem como fizeram inserir informações falsas nos documentos e cadastros das referidas pessoas jurídicas, tudo conforme já narrado nos fatos da presente decisão.

Já, quanto ao crime de peculato (art. 312 do Código Penal), verifica-se que dentre as condutas perpetradas, em tese, por **ARQUIMEDES ZIROLDO**, está a

de desviar dinheiro do Consórcio Intermunicipal (CINDEPAR), do qual é Diretor Executivo (funcionário público, ainda que por equiparação), por meio das empresas investigadas LAAM CONSULTORIA e N. ASSUNÇÃO MARQUES DA SILVA SERVIÇOS E LOCAÇÕES em benefício próprio e dos demais membros do núcleo, a princípio, por diversas vezes.

Presente, portanto, o *fumus bonis juris* em relação aos crimes listados.

[...]

A garantia da ordem pública encontra razão na periculosidade do agente, seja pela reiteração delitiva, como indicativo de que, solto, continuará a praticar, em tese, novos crimes, seja pela gravidade concreta do comportamento criminoso, evidenciada, geralmente, pelo *modus operandi* utilizado nos supostos crimes.

No caso dos autos, ambos estão preenchidos pelos investigados ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA, integrantes do núcleo fixo da suposta organização criminosa, com destaque para o primeiro, que exerceria, em tese, o comando do grupo.

Analisando-se o *iter criminis* dos fatos trazidos à baila, extraem-se ambos os substratos da garantia da ordem pública: a reiteração delitiva decorre da habitualidade em que fatos ora analisados vêm sendo praticados pelos agentes (e não de eventual registro de informações processuais dos investigados), os quais, ainda, demonstram a potencial gravidade concreta deles, por meio de articulosa empreitada criminosa em detrimento do patrimônio público.

Toda a estrutura organizacional demonstra a existência de três pilares para o seu funcionamento e manutenção:

(i) O primeiro, inserido no Poder Público, notadamente no Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná (CINDEPAR), responsável por angariar as informações relativas aos certames futuros deste ente da Administração Pública Indireta e, na função exercida de Diretor Executivo do ente, pode-se até mesmo dizer que poderia, supostamente, estar proporcionando os fatos geradores das licitações, compatibilizando-os e direcionando-os para os vencedores pré-estipulados, notadamente, a empresa LAAM CONSULTORIA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. e, também, N. ASSUNÇÃO MARQUES DA SILVA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI;

(ii) O segundo trata-se da empresa CANADÁ CONTABILIDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES EIRELI, responsável por manipular o setor privado da economia, propiciando e efetuando adaptações em contratos sociais (como o caso da empresa LAAM CONSULTORIA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.), criando pessoas jurídicas “de fachada” para atuarem como falsos concorrentes em certames públicos (como as empresas DELTACOMP INFORMÁTICA e L. L. RIBEIRO CONTABILIDADE E INFORMÁTICA ME) ou, ainda, destinadas a vencê-los (como a mencionada empresa LAAM e, também, a empresa NILO ASSUNÇÃO MARQUES DA SILVA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI);

(iii) O terceiro é a empresa LAAM CONSULTORIA, SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. que, das quatro licitações listadas, realizadas pelo CINDEPAR, sagrou-se vencedora em três (Pregões 01/2015, 10/2017 e 11/2017), além de ter contratado com o Município de Pitangueiras na Dispensa de Licitação 08/2015 e participado como potencial falsa concorrente no Pregão 02/2018 do CINDEPAR, no qual sagrou-se vencedora NILO ASSUNÇÃO MARQUES DA SILVA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI.

Estes três pilares seriam sustentados, conforme amplamente exposto na presente decisão, pelos integrantes do núcleo fixo, quais sejam, ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO

e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA.

ARQUIMEDES ZIROLDO daria a sustentação ao primeiro pilar; **DANIEL ZIROLDO** e LUCIANA ZIROLDO ao segundo pilar; e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA ao terceiro pilar.

Exemplo concreto da engrenagem destas peças foi relatado pelo próprio investigado MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA, sócio-proprietário da empresa LAAM CONSULTORIA, na ocasião em que colhida sua oitiva na Promotoria de Justiça de Astorga.

MARCELO contou que referida pessoa jurídica foi constituída, em seu início, para prestação de consultoria administrativa e, posteriormente, para locações de equipamentos, sendo que todo o maquinário foi adquirido para atender ao contrato firmado com o consórcio CINDEPAR. **Disse, ainda, que o responsável por fazer a conexão da empresa LAAM CONSULTORIA com o consórcio CINDEPAR foi DANIEL ZIROLDO, filho de ARQUIMEDES ZIROLDO (presidente do consórcio na época, referindo-se ao Pregão 01/2015).**

Vê-se, ademais, que LUCIANA ZIROLDO atuou, a todo tempo, como a contadora subscritora de todas as referidas empresas.

Com efeito, o desvalor do comportamento destes mencionados investigados deve ser analisado de forma sistemática, já que, mediante a organização criminosa que supostamente compõem, praticaram delitos contra a Administração Pública, de forma reiterada, e mediante sofisticada divisão de tarefas, previamente engendrada pelo grupo, em tese, criminoso.

São os investigados ARQUIMEDES ZIROLDO, **DANIEL ZIROLDO**, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA **que participam mais ativamente e possuem papel fundamental dentro da associação criminosa ora investigada e, portanto, a medida cautelar deve ser lhes aplicada proporcionalmente.**

Enfatiza-se que os crimes vêm sendo praticados, supostamente, pelos requeridos de forma consecutiva e reiterada, totalizando, até o momento, cinco licitações fraudadas realizadas pelo consórcio público CINDEPAR e pelo Município de Pitangueiras-PR, as quais culminaram na celebração de contratos administrativos no montante total de R\$ 5.703.893,33 (cinco milhões, setecentos e três mil e oitocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos). Valor este que, conforme o Requerente, está sem correção monetária e se refere, apenas, às licitações pelo consórcio público CINDEPAR, no período de 2015 a 2018.

Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a reiteração criminosa do agente, valendo-se de mesmo modo de operação, é fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva, do qual, inclusive, decorre o fundado receio de que, solto, continue delinquindo. Do mesmo modo, a medida mais gravosa encontra fundamento na gravidade concreta das condutas praticadas e no modus operandi empregado pelos agentes.

Nesta seara, a prisão cautelar pode ser decretada para garantia da ordem pública potencialmente ofendida, especialmente nos casos de: reiteração delitiva, participação em organizações criminosas, gravidade em concreto da conduta, periculosidade social do agente, ou pelas circunstâncias em que praticado o delito (modus operandi). Colaciono, neste sentido, os seguintes precedentes da Corte Superior de Justiça:

[...]

[...]

Ressalte-se, outrossim, que a custódia preventiva não encontra óbice na eventual primariedade dos investigados ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA. A respeito, vale registrar:

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Destarte, a prisão preventiva dos requeridos ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA é imprescindível para evitar que reiterem as práticas delitivas e provoquem danos ainda maiores aos cofres públicos.

De outro viés e, conforme anteriormente consignado, a prisão preventiva destes nomeados investigados encontra fundamento, também, na conveniência da instrução criminal.

Referido fundamento “trata-se do motivo resultante da garantia de existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu.”.

Assim, se o investigado ou acusado, ou qualquer outra pessoa em seu nome, vier a intimidar testemunhas, peritos ou o próprio ofendido, ou ainda provocar qualquer incidente do qual resulte prejuízo manifesto para a instrução criminal, estará causando a desordem no regular andamento do processo, fundamento suficiente para a conveniência da instrução criminal.

Na linha anteriormente exposta, o núcleo fixo composto pelos investigados ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA, destacando-se, de especial modo, o primeiro, é detentor de notória influência nos meios em que atua – tanto no setor Público quanto no setor Privado – o que pode ocasionar irreversível prejuízo para a persecução penal, que se busca seja isenta de vícios e intercorrências negativas.

Poderiam, caso permanecessem em liberdade, destruir e manipular provas documentais (o que mais se receia, pois, a eventual manipulação já estaria ocorrendo no modus operandi dos crimes, o que não impede que seja feita qualquer outra inovação documental) e influenciar pessoas, causando prejuízo para instrução do processo.

Exemplo concreto, ainda, vê-se na situação ventilada quanto aos membros do Poder Legislativo Municipal, do qual alguns dos integrantes, em tese, ofereceram e prometeram dinheiro e cargo comissionado à testemunha Charles Weslei Gasparino para que não mais denunciasse a organização criminosa liderada pela família Zirolto ao Ministério Público, bem como cessasse as postagens em rede social acerca da suposta corrupção que ocorre no Município de Astorga.

Neste sentido, secundo o precedente do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Assim, havendo fortes indícios acerca da influência nefasta que os requeridos ARQUIMEDES ZIROLDO, DANIEL ZIROLDO, LUCIANA ZIROLDO e MARCELO HENRIQUE DE ALMEIDA podem exercer sobre a colheita da prova, a medida cautelar afigura-se necessária, também, para a conveniência da instrução criminal.

Apesar da relevância dos argumentos levantados pela Magistrada singular para decretar a prisão cautelar do requerente, bem como o papel de liderança dele na suposta organização criminosa, existem medidas alternativas à prisão tão capazes de evitar a reiteração delitiva e garantir a instrução criminal como a prisão provisória, sendo, portanto, mais adequadas.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, consistentes em a) comparecimento periódico em juízo para informar e justificar suas atividades (art. 319, I, do CPP); b) proibição de acesso ou frequência às dependências de qualquer órgão dos poderes Legislativo e Executivo do Município de Astorga/PR (art. 319, II, do CPP); c) proibição de manter contato com os demais corréus e qualquer pessoa relacionados aos fatos objeto de apuração (art. 319, III, do CPP); d) proibição de ausentar-se da comarca e do país, sem autorização judicial (art. 319, IV, do CPP); e) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga (art. 319, V, do CPP); e f) suspensão do exercício da atividade econômica, mostra-se suficiente para garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Em face do exposto, **defiro** o pedido de extensão para substituir a prisão preventiva do requerente pelas medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, I, II, III, IV, V e VI, do Código de Processo Penal, a serem implementadas e fiscalizadas pela Magistrada singular, a quem caberá, diante da proximidade dos fatos e da ação penal, decidir sobre eventual pedido de adequação/flexibilização de qualquer delas por parte do acusado, bem como aplicar outras medidas que julgar necessárias, desde que fundamentadamente.

Comunique-se com urgência.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator